

Windepar Holding
S.A.

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
Windepar Holding S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Windepar Holding S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Windepar Holding S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



- **Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado - Consolidado**

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui R\$ 500.273 referente a ativo imobilizado apresentado nas demonstrações contábeis consolidadas. Conforme mencionado nas notas explicativas 3.5 e 9, a Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGC"). Para o cálculo do valor recuperável utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras.

Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil e ao impacto que eventual alteração nas premissas poderia trazer nas demonstrações contábeis consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento dos controles internos chave relacionados à elaboração das projeções do fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pela diretoria. Analisamos a avaliação da administração da Companhia quanto à existência de indicadores de redução ao valor recuperável (ou de sua reversão) em relação às suas UGC, por meio de análises da conjuntura econômica e do desempenho de cada UGC no exercício e reuniões com as diretorias operacionais da Companhia e suas controladas. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia, especialmente as relativas a taxa de desconto, volume e preço de venda de energia projetado, inflação, aumento de custos e taxas, continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos. Além disso, realizamos discussões com a administração, avaliando também se as premissas foram definidas e aplicadas de acordo com as características do negócio. Avaliamos a análise de sensibilidade do impacto sobre o valor recuperável resultante de possíveis e razoáveis mudanças nas premissas-chave de preço e projeções de custo operacional usadas pela Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação às premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo imobilizado.

Baseado nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que os saldos do ativo imobilizado são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à diretoria da Companhia declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Windepar Holding S.A.

Balanço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante		15.474	5.546	48.788	32.466
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.453	5.546	23.091	11.287
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	16.648	12.931
Contas a receber de clientes	7	-	-	5.243	7.152
Impostos a recuperar		19	-	463	1.016
Despesas pagas antecipadamente		1	-	4	-
Outros ativos		1	-	3.339	80
Não circulante		281.673	247.309	515.332	517.085
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas		65.332	29.700	-	-
Investimento em Controlada	8	216.341	217.609	-	-
Imobilizado	9	-	-	500.273	502.634
Intangível	10	-	-	15.059	14.451
Total do ativo		297.147	252.855	564.120	549.551

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Passivo circulante		5.667	35	23.749	41.034
Empréstimos, financiamento e debêntures	11	5.650	-	15.966	9.615
Fornecedores	12	6	25	4.614	25.539
Salários, férias e encargos sociais		-	-	326	265
Impostos e contribuições sociais a recolher		2	10	987	485
Provisões de constituição de ativos	13	-	-	1.194	4.634
Provisão para compensação ambiental		-	-	494	494
Outros passivos		9	-	168	2
Não circulante		140.728	92.256	389.619	347.953
Empréstimos, financiamento e debêntures	11	63.608	66.816	312.499	322.513
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	15.1	77.120	25.440	77.120	25.440
Patrimônio líquido		150.752	160.564	150.752	160.564
Capital social	16	178.754	178.754	178.754	178.754
Prejuízo acumulado		(28.002)	(18.190)	(28.002)	(18.190)
Passivo e patrimônio líquido		297.147	252.855	564.120	549.551

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Windepar Holding S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	17	-	-	50.239	51.029
Custos operacionais					
Compra de energia elétrica		-	-	(3)	(29.693)
Custos dos serviços prestados		-	-	(4.316)	(1.803)
Depreciação e amortização	9 e 10	-	-	(18.257)	(11.433)
	18	-	-	(22.576)	(42.929)
Lucro bruto		-	-	27.663	8.100
(Despesas) Receitas operacionais					
Administrativas e gerais		(1.426)	(201)	(3.329)	(898)
Pessoal		-	-	(605)	(414)
Honorários da diretoria e conselho de administração		-	-	(95)	(517)
Equivalência Patrimonial		(481)	(17.711)	-	-
Outras receitas operacionais		-	-	(83)	(16)
	18	(1.907)	(17.912)	(4.112)	(1.845)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		(1.907)	(17.912)	23.551	6.255
Despesas financeiras	19	(8.015)	(330)	(33.142)	(24.556)
Receitas financeiras	19	110	52	1.966	2.600
		(7.905)	(278)	(31.176)	(21.956)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(9.812)	(18.190)	(7.625)	(15.701)
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	-	-	(2.187)	(2.489)
Prejuízo do exercício		(9.812)	(18.190)	(9.812)	(18.190)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Windepar Holding S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo do exercício	(9.812)	(18.190)	(9.812)	(18.190)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do prejuízo abrangente do exercício	<u>(9.812)</u>	<u>(18.190)</u>	<u>(9.812)</u>	<u>(18.190)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Windepar Holding S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		-	-	-
Integralização de capital	16	178.754	-	178.754
Prejuízo do exercício		-	(18.190)	(18.190)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		178.754	(18.190)	160.564
Prejuízo do exercício		-	(9.812)	(9.812)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		178.754	(28.002)	150.752

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Windepar Holding S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(9.812)	(18.190)	(9.812)	(18.190)
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa					
Depreciação e amortização	9 e 10	797	-	19.079	11.449
Equivalência Patrimonial		481	17.711	-	-
Variações monetárias líquidas		7.714	322	30.514	39.148
Receita de aplicações financeiras		5	-	(983)	(463)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	20	-	-	2.187	2.489
Baixa do ativo imobilizado e intangível	9	-	-	25	-
		(815)	(157)	41.010	34.433
(Aumento) redução no ativo					
Títulos e valores mobiliários		-	-	1.909	(7.152)
Impostos a recuperar		(19)	-	218	(834)
Adiantamento a fornecedores		(1)	-	(3.288)	(19)
Despesas pagas antecipadamente		(1)	-	(4)	-
Outros ativos circulantes		-	-	29	(58)
		(21)	-	(1.136)	(8.063)
Aumento (redução) no passivo					
Fornecedores		(24)	25	(22.997)	(102.037)
Salários, férias e encargos sociais		-	-	244	(65)
Impostos e contribuições sociais a recolher		(10)	10	(739)	(192)
Provisões de constituição de ativos		-	-	(864)	-
Outros passivos circulantes		1	-	119	1
		(33)	35	(24.249)	(102.293)
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro					
		-	-	(1.314)	(1.561)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais					
		(869)	(122)	14.311	(77.484)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Resgate de investimentos (Títulos e valores mobiliários)		-	-	214	48
Aplicações em investimentos (Títulos e valores mobiliários)		-	-	(7.306)	(12.516)
Caixa adquirido na transação de capital		-	-	-	3.381
Adições no imobilizado	9	-	-	(10.654)	(42.892)
Adições no intangível	10	-	-	(1.421)	(280)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos					
		-	-	(19.351)	(52.259)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital/Emissão de ações		-	1	-	1
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas		16.048	(60.827)	15.864	71.051
Empréstimos, financiamentos e debêntures tomados		-	66.494	-	490.022
Juros pagos (encargos de dívidas)		-	-	-	(47.263)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures		(5.272)	-	(34.836)	(372.781)
Caixa líquido (aplicados nas) proveniente das atividades de financiamentos					
		10.776	5.668	16.844	141.030
Aumento no caixa e equivalentes de caixa					
		9.907	5.546	11.804	11.287
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa					
Saldo no início do exercício	5	5.546	-	11.287	-
Saldo no final do exercício	5	15.453	5.546	23.091	11.287
Aumento no caixa e equivalentes de caixa					
		9.907	5.546	11.804	11.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

1 Informações gerais

A Windepar Holding S.A. (“Companhia” ou “Windepar”) é uma sociedade por ações, constituída em 09 de maio de 2016, de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo - SP na Rua Gomes de Carvalho, n. 1996, 16º andar, Conjunto 162, Sala E, e tem por objeto a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, bem como, a gestão e a comercialização de bens próprios. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A..

A Windepar participa em cinco empresas de geração de energia elétrica através de parques eólicos no Brasil, sendo elas:

Empresas	Localização	Contrato de Concessão / Resolução Autorizativa ANEEL nº	Prazo da Concessão/ Autorização		Início da operação	Capacidade instalada - MW	Energia assegurada - MW
			Início	Fim			
Energia dos Ventos I S.A.	Aracati (CE)	Portaria 431/12	17/07/12	17/07/47	22/04/16	23,1	11,80
Energia dos Ventos II S.A.	Aracati (CE)	Portaria 428/12	16/07/12	16/07/47	13/05/16	12,6	6,00
Energia dos Ventos III S.A.	Aracati (CE)	Portaria 433/12	19/07/12	19/07/47	03/03/16	18,9	9,60
Energia dos Ventos IV S.A.	Aracati (CE)	Portaria 442/12	24/07/12	24/07/47	02/03/16	27,3	14,80
Energia dos Ventos X S.A.	Aracati (CE)	Portaria 435/12	19/07/12	19/07/47	02/03/16	16,8	8,70
						98,7	50,9

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 8 de março de 2018.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, são evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

A Administração da Companhia, controla as entidades relacionadas a seguir e, portanto, realiza a consolidação integral das mesmas:

Descrição	Abreviatura	Atividade	Participação (%)	
			31/12/2017	31/12/2016
Participação direta				
Energia dos Ventos I S.A.	"EDV I"	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos II S.A.	"EDV II"	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos III S.A.	"EDV III"	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos IV S.A.	"EDV IV"	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos X S.A.	"EDV X"	Geração	100,00	100,00

3 Sumário das práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

3.1.2 Contas a receber de clientes

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de contas a receber de clientes como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Administração da Companhia e suas controladas é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2017 a Administração avaliou não ser necessária a constituição de uma provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.1.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de outros ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. A Companhia e suas controladas não identificaram nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.1.5 Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016, incluindo operações de hedge.

3.2 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é mais provável do que não, que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial menos a provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos de longo prazo.

3.3 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado. Posteriormente são mantidos ao custo amortizado.

Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.4 Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5 Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia e suas controladas. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidade geradora de caixa - UGC).

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.6 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros (ágio) e softwares;

3.7 Tributação

3.7.1 Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%;

E também:

- Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica.

3.7.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado das controladas são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

3.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

3.9 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas à título de dividendos.

3.10 Reconhecimento da receita

3.10.1 Receita de geração de energia elétrica

As controladas reconhecem a receita de venda de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorrem em bases mensais.

3.11 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4 Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas ou pronunciamentos serão efetivos para exercícios após a data destas demonstrações contábeis, sendo que a Companhia não as adotou na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotá-la de forma antecipada.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	Refere-se à convergência do IASB sobre reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se ao projeto de substituição do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil	Refere-se a contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia avaliou a aplicação dos pronunciamentos técnicos CPC 47, 48 e 06 (R2) e concluiu que não há impactos sobre os saldos reportados anteriormente.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<u>Caixa e equivalentes de caixa:</u>				
Numerário disponível	4	5.546	4.753	7.772
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	3.395
Aplicações financeiras	15.449	-	18.338	120
	<u>15.453</u>	<u>5.546</u>	<u>23.091</u>	<u>11.287</u>

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, sem carência e foram remuneradas, em média 90% do CDI em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro em 2016 para a Companhia e em média, de 85% a 90% do CDI em 31 de dezembro de 2017, mesma média apresentada em 31 de dezembro de 2016 para as controladas.

6 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<u>Circulante</u>				
Títulos e valores mobiliários	-	-	16.648	12.931
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.648</u>	<u>12.931</u>

O saldo da conta refere-se as garantias exigidas pelo contrato de financiamento de abertura de crédito celebrado entre as empresas controladas e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que estabelece que as controladas devem constituir uma conta bancária reserva, movimentada exclusivamente para pagamentos decorrentes deste contrato no caso de insuficiência de saldo de recursos na conta centralizadora no período de curto prazo. Os recursos mencionado acima foram remuredos, em média de 75% a 80% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<u>Circulante</u>				
Suprimento de energia elétrica	-	-	5.243	7.152
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.243</u>	<u>7.152</u>

8 Investimentos

A movimentação do investimento é conforme segue:

Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:	Consolidado								
	Saldo em 31/12/2015	Aquisição	Compra de participação - (Ágio)/Deságio	Integralização	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2016	Amortização Ágio	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2017
<u>Controladas diretas</u>									
Energia dos Ventos I S.A.	-	22.657	3.006	24.999	(4.258)	46.404	(167)	(512)	45.725
Energia dos Ventos II S.A.	-	10.355	1.847	14.427	(4.688)	21.941	(97)	82	21.926
Energia dos Ventos III S.A.	-	21.837	2.714	11.930	(2.783)	33.698	(156)	341	33.883
Energia dos Ventos IV S.A.	-	46.258	3.934	35.187	(3.142)	82.237	(227)	295	82.305
Energia dos Ventos X S.A.	-	17.114	2.418	16.637	(2.840)	33.329	(140)	(687)	32.502
Total	<u>-</u>	<u>118.221</u>	<u>13.919</u>	<u>103.180</u>	<u>(17.711)</u>	<u>217.609</u>	<u>(787)</u>	<u>(481)</u>	<u>216.341</u>

Os investimentos em controladas estão apresentadas a seguir:

Consolidado								
Empresa	Dados das controladas diretas							
	31/12/2016							
	Capital Social Qtde de ações	Qtde de ações Ordinárias	Patrimônio Líquido	Participação Windepar	Ativo	Passivo	Receita Líquida	Resultado do Exercício
Controladas diretas								
Energia dos Ventos I S.A.	47.830.836	47.830.836	43.398	100%	114.434	71.036	11.024	(4.322)
Energia dos Ventos II S.A.	24.926.816	24.926.816	20.094	100%	65.612	45.518	5.813	(4.818)
Energia dos Ventos III S.A.	33.934.534	33.934.534	30.984	100%	95.648	64.664	11.195	(2.879)
Energia dos Ventos IV S.A.	81.644.013	81.644.013	78.311	100%	166.258	87.947	14.042	(3.141)
Energia dos Ventos X S.A.	33.906.759	33.906.759	30.911	100%	88.095	57.184	8.955	(2.969)

Consolidado								
Empresa	Dados das controladas diretas							
	31/12/2017							
	Capital Social Qtde de ações	Qtde de ações Ordinárias	Patrimônio Líquido	Participação Windepar	Ativo	Passivo	Receita Líquida	Resultado do Exercício
Controladas diretas								
Energia dos Ventos I S.A.	47.830.836	47.830.836	42.888	100%	117.523	74.635	11.003	(512)
Energia dos Ventos II S.A.	24.926.816	24.926.816	20.177	100%	67.443	47.266	6.374	82
Energia dos Ventos III S.A.	33.934.534	33.934.534	31.327	100%	96.011	64.684	9.329	341
Energia dos Ventos IV S.A.	81.644.013	81.644.013	78.597	100%	166.141	87.544	15.677	295
Energia dos Ventos X S.A.	33.906.759	33.906.759	30.228	100%	88.404	58.176	7.856	(687)

9 Imobilizado

Consolidado											
Taxa média anual de depreciação	31/12/2015	Adições	Transferência devido Unificação	Imobilizado adquirido em transação de capital	Reclassificação para Ativo Intangível	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferência entre contas	Outros	31/12/2017
Em serviço											
Terrenos	-	1.000	4.350	-	-	5.350	-	-	1.250	-	6.600
Edificações, Obras Cíveis e Beneficórias	3%	-	2.863	-	-	2.863	-	-	-	-	2.863
Máquinas e Equipamentos	5%	-	486.104	-	-	486.104	198	-	169	-	486.471
Móveis e Utensílios	10%	-	16	-	-	16	-	-	-	-	16
Software	20%	-	130	-	(130)	-	-	-	-	-	-
Em curso											
Terrenos	-	1.925	(4.350)	2.550	-	125	1.125	-	(1.250)	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Beneficórias	-	17	-	-	-	17	-	(17)	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	10.146	(352.253)	342.107	-	-	169	-	(169)	-	-
Móveis e Utensílios	-	38	(142)	140	7	43	-	-	-	-	43
A Ratear ¹	-	23.227	(106.693)	84.182	-	716	2.223	-	-	-	2.939
Juros Capitalizados ²	-	16.903	(36.355)	19.452	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento a Fornecedor	-	414	(7.915)	7.501	-	-	4.957	-	-	-	4.957
Sistema de Conexão e Transmissão	-	(2.894)	14.370	7.355	-	18.831	8.993	-	-	(1.754)	26.070
Software	-	-	(123)	-	123	-	-	-	-	-	-
Outros Intangíveis	-	2	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do custo do imobilizado	-	50.778	-	463.287	-	514.065	17.665	(17)	-	(1.754)	529.959
Depreciação											
Edificações, Obras Cíveis e Beneficórias	-	(61)	-	-	-	(61)	(95)	-	-	-	(156)
Máquinas e Equipamentos	-	(11.370)	-	-	-	(11.370)	(18.158)	-	-	-	(29.529)
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	(1)
Total da depreciação	-	(11.431)	-	-	-	(11.431)	(18.254)	-	-	-	(29,686)
Total do imobilizado líquido	-	39.347	-	463.287	-	502.634	(589)	(17)	-	(1.754)	500.273

As imobilizações em curso referem-se aos gastos no projeto do parque eólico, proveniente do Leilão nº 07/2011 - ANEEL. Dentre os investimentos incorridos, estão valores para a compra de aerogeradores, obras civis e gastos diversos incorridos com a construção do parque eólico.

- (1) Imobilizado em curso - a ratear: foram registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não eram passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, foram rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL.
- (2) Juros capitalizados: a Companhia agregou, durante a implantação do empreendimento, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. As taxas de juros aplicáveis para esses empréstimos estão demonstradas na Nota 10 (Empréstimos, financiamentos e debêntures).

10 Intangível

Consolidado	Taxa média anual de amortização	31/12/2015	Adições	Reclassificação do Ativo Imobilizado	Transferência do Imobilizado	31/12/2016	Adições	Transferência devida Unitização	Transferência do Imobilizado	31/12/2017
Em serviço										
Software	20%	-	13	25	97	135	2	16	-	153
Outros intangíveis	6%	-	13.921	-	-	13.921	-	-	-	13.921
Em curso										
Software		103	103	(33)	(74)	99	-	(16)	-	83
Outros intangíveis		174	142	-	-	316	1.435	-	-	1.751
Total do custo do intangível		277	14.179	(8)	23	14.471	1.437	-	-	15.908
Amortização										
Software		-	(18)	-	-	(18)	(28)	-	-	(46)
Outros intangíveis		-	(2)	-	-	(2)	(801)	-	-	(803)
Total da amortização		-	(20)	-	-	(20)	(829)	-	-	(849)
Total do intangível líquido		277	14.159	(8)	23	14.451	608	-	-	15.059

11 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Consolidado

Empresa	Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não circulante - Principal	
				Encargos	Principal	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
EDV I	BNDES	15/10/2032	TJLP+2,18%	185	2.064	2.249	2.099	54.339	55.825
EDV II	BNDES	15/10/2032	TJLP+2,18%	105	1.165	1.270	1.185	30.673	31.512
EDV III	BNDES	15/10/2032	TJLP+2,18%	160	1.783	1.943	1.811	46.885	48.167
EDV IV	BNDES	15/10/2032	TJLP+2,18%	265	2.962	3.227	3.001	77.680	79.804
EDV X	BNDES	15/10/2032	TJLP+2,18%	134	1.493	1.627	1.519	39.314	40.389
Total de Empréstimos e Financiamentos				849	9.467	10.316	9.615	248.891	255.697

Empresa	Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não circulante - Principal	
				Encargos	Principal	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Windepar	1 emissão	15/12/2028	Até IPCA + 8,5% a.a.	5.479	171	5.650	-	63.608	66.816
Total de Debêntures				5.479	171	5.650	-	63.608	66.816
Total Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				6.328	9.638	15.966	9.615	312.499	322.513

Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - Controladas

Em 07 de março de 2016 a Companhia, em conjunto com suas coligadas Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A, Energia dos Ventos III S.A, Energia dos Ventos IV S.A e Energia dos Ventos X S.A, celebrou com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito, com o objetivo de alongamento da dívida. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,18% ao ano + TJLP, sendo que a primeira amortização iniciou-se em 15 de novembro de 2016 e a última será em 15 de outubro de 2032.

O contrato com BNDES estabelece apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,30. Em 31 de dezembro de 2017 o ICSD Consolidado foi cumprido.

Debêntures - Windepar

Em 15 de dezembro de 2016, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Companhia (“Windepar”). O valor total da emissão foi de R\$ 67.500 mil, dividida em 67.500 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 15 de dezembro de 2018 e pagaráo juros IPCA 7,63% a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

As parcelas relativas ao financiamento (principal) e debêntures atualmente classificadas no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Dívida Total
Windepar	912	1.955	2.824	3.693	54.224	63.608
EDV I	2.259	2.444	2.645	2.860	44.131	54.339
EDV II	1.275	1.380	1.493	1.614	24.911	30.673
EDV III	1.949	2.109	2.282	2.468	38.077	46.885
EDV IV	3.230	3.494	3.780	4.089	63.087	77.680
EDV X	1.635	1.768	1.913	2.069	31.929	39.314
Total Geral	11.260	13.150	14.937	16.793	256.359	312.499

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Materiais e Serviços	6	25	4.614	25.539
	6	25	4.614	25.539

13 Provisões para constituição de ativo

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Materiais e Serviços	1.194	4.634
	1.194	4.634

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes a sua fase de implantação reconhecidas contabilmente, as quais ainda não houveram desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma, de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, sendo a sua contrapartida registrada no ativo imobilizado.

14 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas reconhecem os processos classificados como prováveis de perda, e com relação aos processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, são divulgadas em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas não possuem processos com classificação possível de perda que sejam relevantes.

15 Partes relacionadas

15.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos em aberto na data-base das demonstrações financeiras provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo não circulante				
AFAC - Energia dos Ventos I S.A	17.156	-	-	-
AFAC - Energia dos Ventos II S.A	13.142	5.650	-	-
AFAC - Energia dos Ventos III S.A	14.720	11.300	-	-
AFAC - Energia dos Ventos IV S.A	4.803	-	-	-
AFAC - Energia dos Ventos X S.A	15.511	12.750	-	-
	<u>65.332</u>	<u>29.700</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo não circulante				
AFAC - Alupar Investimento S.A.	77.120	25.440	77.120	25.440
	<u>77.120</u>	<u>25.440</u>	<u>77.120</u>	<u>25.440</u>
Demonstrações do resultado				
Compra de energia - Ferreira Gomes Energia S/A	-	-	-	(29.693)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(29.693)</u>

15.2 Garantias

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2017	
EDV I	Alupar/Windepar	14/12/2015	Conselho de Administração	Contrato de Financiamento - BNDES nº 15.2.0778.1	Prestação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARS, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	11/02/2016	15/10/2032	57.990	56.613
EDV II	Alupar/Windepar	14/12/2015	Conselho de Administração	Contrato de Financiamento - BNDES nº 15.2.0778.1	Prestação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARS, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	11/02/2016	15/10/2032	32.200	31.957
EDV III	Alupar/Windepar	14/12/2015	Conselho de Administração	Contrato de Financiamento - BNDES nº 15.2.0778.1	Prestação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARS, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	11/02/2016	15/10/2032	49.007	48.847
EDV IV	Alupar/Windepar	14/12/2015	Conselho de Administração	Contrato de Financiamento - BNDES nº 15.2.0778.1	Prestação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARS, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	11/02/2016	15/10/2032	81.041	80.930
EDV X	Alupar/Windepar	14/12/2015	Conselho de Administração	Contrato de Financiamento - BNDES nº 15.2.0778.1	Prestação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARS, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	11/02/2016	15/10/2032	41.042	40.959

15.3 Remuneração da alta administração

A Companhia não possui remuneração para alta administração, os valores abaixo apresentados são apenas das controladas, de acordo com o estatuto social de cada controlada, caberá ao Conselho de Administração a distribuição da remuneração global fixada a serem pagos aos membros da diretoria e Conselho de Administração da Companhia.

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Benefícios de curto prazo (a)	163	515
Remuneração do conselho	-	2
Total	163	517

(a) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

16 Patrimônio líquido

Capital social

O capital subscrito e integralizado é de R\$ 178.754 em 31 de dezembro de 2017 e 2016 dividido em 164.832.956 (cento e sessenta e quatro milhões, oitocentos e trinta e dois mil, novecentos e cinquenta e seis) ações ordinárias, conforme segue:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Windepar Holding S.A.	164.832.956	100	164.832.956	100
Total das ações	164.832.956	100,00	164.832.956	100,00

17 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Receita Bruta		
Suprimento de energia e Ajuste positivo CCEE	52.698	52.693
	<u>52.698</u>	<u>52.693</u>
Deduções		
PIS - Programa de integração social	(353)	(357)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(1.631)	(1.307)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(475)	-
	<u>(2.459)</u>	<u>(1.664)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>50.239</u></u>	<u><u>51.029</u></u>

18 Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado			
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017		31/12/2016	
	Despesas operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis						
Doações, contribuições e subvenções - Taxas ANEEL	-	-	(53)	-	(22)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(53)</u>	<u>-</u>	<u>(22)</u>	<u>-</u>
Custos gerenciáveis						
Energia comprada para revenda - parte relacionada	-	-	(3)	-	(29.693)	-
Seguros	(1)	-	(211)	(102)	(44)	(7)
Alugueis	-	-	(362)	(273)	(293)	(167)
Pessoal	-	-	(476)	(1.221)	(341)	(450)
Honorários da diretoria e conselho de administração	-	-	-	(163)	-	(517)
Material	-	-	(269)	(27)	(86)	(12)
Serviços de Terceiros	(590)	(201)	(2.762)	(1.427)	(949)	(600)
Outros	(38)	-	(183)	(73)	(68)	(76)
	<u>(629)</u>	<u>(201)</u>	<u>(4.266)</u>	<u>(3.286)</u>	<u>(31.474)</u>	<u>(1.829)</u>
Depreciação e Amortização	(797)	-	(18.257)	(826)	(10.169)	(8)
	<u>(797)</u>	<u>-</u>	<u>(18.257)</u>	<u>(826)</u>	<u>(11.433)</u>	<u>(16)</u>
	<u><u>(1.426)</u></u>	<u><u>(201)</u></u>	<u><u>(22.576)</u></u>	<u><u>(4.112)</u></u>	<u><u>(42.929)</u></u>	<u><u>(1.845)</u></u>

Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs estabelecem obrigatoriedade de venda de energia a partir de 01 de janeiro de 2016, tendo em vista que as controladas foram liberadas como apta à operação comercial apenas em 02 de março de 2016, necessitou que as controladas arcassem com custos de compra de energia elétrica para revenda para cumprir as cláusulas estabelecidas em contrato de venda de energia.

19 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	110	52	1.694	2.417
Outros	-	-	272	183
Total	110	52	1.966	2.600
Despesas Financeiras				
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(7.715)	(322)	(31.174)	(22.245)
Outros	(300)	(8)	(1.968)	(2.311)
Total	(8.015)	(330)	(33.142)	(24.556)
Total Líquido	(7.905)	(278)	(31.176)	(21.956)

20 Imposto de renda e contribuição social correntes

	Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Recebimento Clientes e Ajuste positivo CCEE	54.400	54.400	45.425	45.425
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
	4.352	6.528	3.634	5.451
Receita financeira	1.966	1.966	3.526	3.526
	6.318	8.494	7.160	8.977
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota de Adicional IRPJ (Exceder R\$ 240/ano)	10%	-	10%	-
	1.144	764	1.667	808
Outros	278	-	14	-
Total do IR e CS	1.422	764	1.681	808
Alíquota efetiva	4,02%		5,48%	

21 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

21.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores e debêntures se aproximam do seu respectivo valor contábil.

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

21.2 Hierarquia do valor justo

A Companhia e suas controladas usam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível III**- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia e suas controladas classificaram como Nível II os títulos e valores mobiliários e os equivalentes de caixa.

21.3 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e suas controladas não realizarem seus direitos alocados em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade das controladas da Companhia incorrerem em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, é monitorado o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia e suas controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 29 de dezembro de 2017, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2017 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

	Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2017	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
				3,50%	5,25%	7,00%	8,75%	10,50%
BNDES	TJLP +	2,18%	54.339	3.128	4.100	5.071	6.043	7.015
EDV II	TJLP +	2,18%	30.673	1.766	2.314	2.863	3.411	3.960
EDV III	TJLP +	2,18%	46.885	2.699	3.537	4.376	5.214	6.052
EDV IV	TJLP +	2,18%	77.680	4.471	5.861	7.250	8.639	10.028
EDV X	TJLP +	2,18%	39.314	2.263	2.966	3.669	4.372	5.075
Windepar	IPCA +	8,15%	63.608	7.592	8.796	9.999	11.203	12.407

22 Benefícios a empregados

A Controladas oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, as Controladas patrocinam um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

* * *

Renata Ferreira de Carvalho
 Contadora - CRC 1SP217287/O-8